

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

**ENTRE AB.2022 E AB.2023, AS REMUNERAÇÕES MÉDIAS NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS AUMENTARAM 5,07% (na Central + 4,7%), MAS AS DOS MÉDICOS E PROFESSORES SÓ METADE DESTES VALORES, QUANDO A INFLAÇÃO ANUAL ERA 8,6% EM ABRIL E 7,3% EM JUL.2023. A PRECARIIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DISPAROU COM COSTA E OS PORTUGUESES PAGAM, PARA ALÉM DOS IMPOSTOS QUE FINANCIAM O SNS, 38% DA SAÚDE**

A Direção Geral de Emprego e da Administração Pública (DGAEP), do Ministério das Finanças, acabou de publicar as Estatísticas do emprego público referentes ao 2º trimestre de 2023. A sua análise permite tornar ainda mais claras as razões da profunda e crescente degradação que se está a verificar em todas as Administrações Públicas (Central, Regional e Local), nomeadamente em áreas vitais para o bem-estar dos portugueses e para o desenvolvimento do país, como são, por ex., a saúde e o ensino. Vamos com os dados da DGAEP provar isso.

**AUMENTOS DAS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES EM 2023 INFERIORES À INFLAÇÃO, UMA POLÍTICA CONTINUADA DE REDUÇÃO DO PODER DE COMPRA QUE ESTÁ A DESTRUIR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O quadro 1(dados da DGAEP) revela que, em 2023, a maioria dos trabalhadores perder de novo poder de compra

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Abril de 2022		Abril de 2023		Aumento da RBMMB ab.22/ ab.23 (5)-(3):(1)	RBMM Líquida a preços ab.2022 (após dedução inflação a coluna 4) (6)	Aumento RBMM Líquida - ab22/ab23 (7)=(4) : (2)	Redução poder compra da RBML ab.22/ab.23 (8)=(6):(2)-1
	RBMM Bruta (1)	RBMM Líquida (2)	RBMM Bruta (3)	RBMM Líquida(4)				
<b>TOTAL (todas as Administrações Públicas)</b>	1 559 €	1 077 €	1 638 €	1 110 €	5,1%	1 022 €	3,1%	-5,1%
Dirigente superior de 1.º grau	4 010 €	2 246 €	4 166 €	2 333 €	3,9%	2 148 €	3,9%	-4,3%
Dirigente superior de 2.º grau	3 704 €	2 074 €	3 889 €	2 178 €	5,0%	2 005 €	5,0%	-3,3%
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 246 €	1 854 €	3 317 €	1 894 €	2,2%	1 744 €	2,2%	-5,9%
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 713 €	1 636 €	2 778 €	1 675 €	2,4%	1 542 €	2,4%	-5,7%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	2 064 €	1 323 €	2 153 €	1 361 €	4,3%	1 253 €	2,8%	-5,3%
Técnico superior	1 654 €	1 121 €	1 739 €	1 179 €	5,2%	1 086 €	5,2%	-3,2%
Assistente técnico/administrativo	936 €	720 €	1 033 €	795 €	10,4%	732 €	10,5%	1,7%
Assist. operacional/operário/auxiliar	734 €	603 €	793 €	650 €	8,0%	598 €	7,8%	-0,8%
Informático	1 821 €	1 206 €	1 864 €	1 234 €	2,3%	1 136 €	2,3%	-5,8%
Magistrado	5 214 €	2 789 €	5 266 €	2 817 €	1,0%	2 594 €	1,0%	-7,0%
Diplomata	2 488 €	1 520 €	2 510 €	1 534 €	0,9%	1 412 €	0,9%	-7,1%
Pessoal de investigação científica	2 651 €	1 599 €	2 767 €	1 669 €	4,4%	1 537 €	4,4%	-3,9%
Docente ensino universitário	3 655 €	2 047 €	3 758 €	2 104 €	2,8%	1 938 €	2,8%	-5,3%
Docente ensino superior politécnico	3 205 €	1 830 €	3 210 €	1 833 €	0,2%	1 688 €	0,2%	-7,8%
Educ.infância e doc. ens. básico/second.	2 211 €	1 397 €	2 278 €	1 440 €	3,0%	1 326 €	3,0%	-5,1%
Pessoal de inspeção	2 214 €	1 399 €	2 316 €	1 438 €	4,6%	1 324 €	2,8%	-5,4%
Médico	2 689 €	1 621 €	2 761 €	1 665 €	2,7%	1 533 €	2,7%	-5,4%
Enfermeiro	1 464 €	1 011 €	1 603 €	1 108 €	9,5%	1 020 €	9,5%	0,9%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 414 €	1 048 €	1 514 €	1 046 €	7,1%	963 €	-0,2%	-8,1%
Técnico superior de saúde	1 897 €	1 235 €	1 922 €	1 273 €	1,4%	1 172 €	3,1%	-5,1%
Administração tributária e aduaneira	2 142 €	1 354 €	2 212 €	1 398 €	3,2%	1 287 €	3,2%	-4,9%
Conservador e Notário	4 165 €	2 266 €	4 288 €	2 332 €	2,9%	2 148 €	2,9%	-5,2%
Oficial dos registos e do notariado	1 996 €	1 280 €	2 091 €	1 340 €	4,7%	1 234 €	4,7%	-3,6%
Oficial de justiça	1 496 €	1 034 €	1 553 €	1 073 €	3,8%	988 €	3,8%	-4,4%
Polícia Judiciária	2 094 €	1 342 €	2 328 €	1 446 €	11,2%	1 331 €	7,7%	-0,8%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 103 €	1 348 €	2 206 €	1 394 €	4,9%	1 284 €	3,4%	-4,8%
Guarda prisional	1 110 €	823 €	1 182 €	877 €	6,5%	808 €	6,6%	-1,8%
Outro pessoal de segurança	1 200 €	877 €	1 315 €	937 €	9,6%	862 €	6,7%	-1,7%
Bombeiro	1 078 €	799 €	1 146 €	851 €	6,4%	783 €	6,5%	-1,9%
Polícia municipal	1 039 €	790 €	1 083 €	824 €	4,2%	759 €	4,3%	-3,9%
Forças Armadas - Oficial	1 880 €	1 244 €	1 925 €	1 274 €	2,4%	1 173 €	2,4%	-5,7%
Forças Armadas - Sargento	1 475 €	1 019 €	1 525 €	1 053 €	3,3%	970 €	3,3%	-4,8%
Forças Armadas - Praça	872 €	682 €	967 €	744 €	10,8%	685 €	9,1%	0,5%
Polícia de Segurança Pública - Oficial	2 244 €	1 438 €	2 300 €	1 428 €	2,5%	1 315 €	-0,7%	-8,6%
Polícia de Segurança Pública - Chefe	1 895 €	1 234 €	1 934 €	1 259 €	2,1%	1 159 €	2,1%	-6,0%
Polícia de Segurança Pública - Agente	1 445 €	998 €	1 529 €	1 057 €	5,8%	973 €	5,8%	-2,5%
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 767 €	1 669 €	2 772 €	1 672 €	0,2%	1 539 €	0,2%	-7,8%
Guarda Nacional Republicana - Sargento	1 996 €	1 279 €	2 065 €	1 324 €	3,5%	1 219 €	3,5%	-4,7%
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 471 €	1 017 €	1 551 €	1 072 €	5,4%	987 €	5,4%	-2,9%

FONTE:DIOEP-SIEP-DGAEP - 2º Trimestre de 2023 Ministério das Finanças

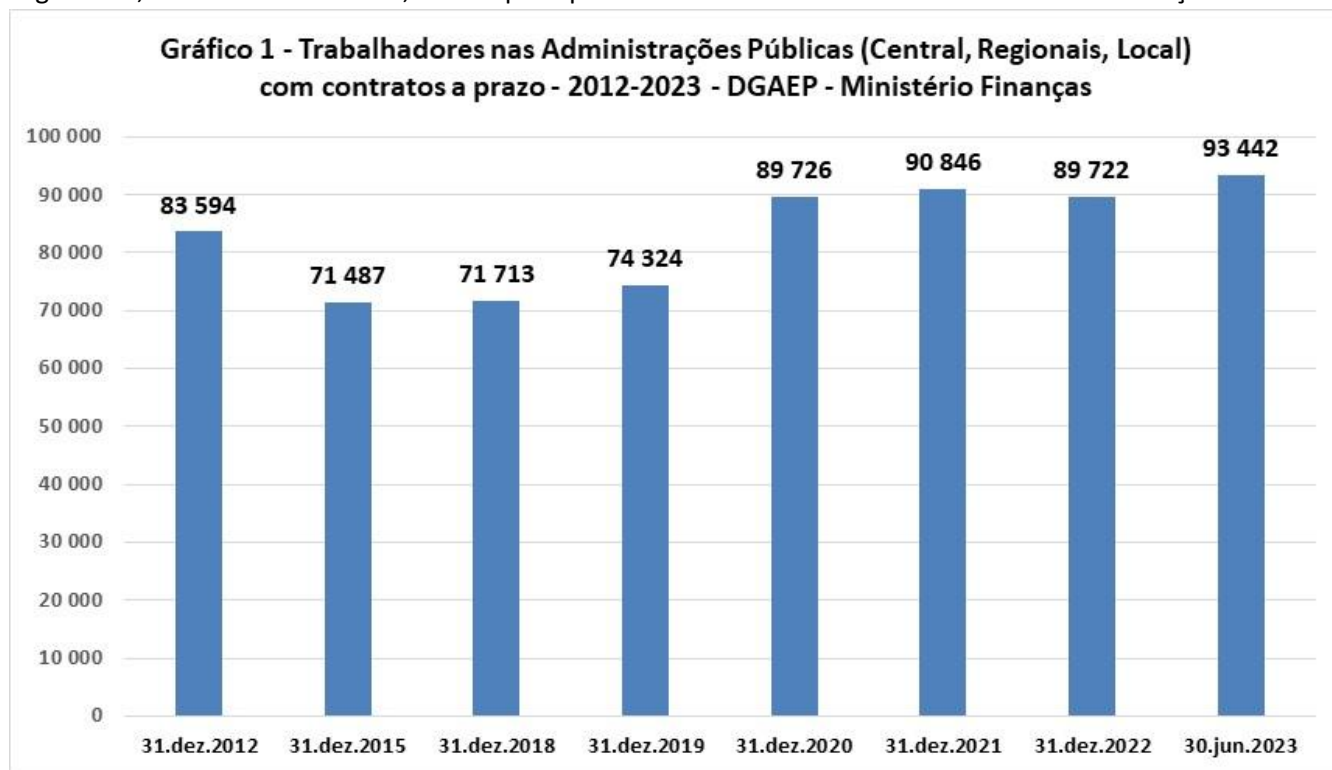
De acordo com os dados divulgados pela DGAEP, entre abril.2022 e abril.2023, a Remuneração Base Média Mensal Bruta (RBMMB, antes dos descontos, colunas 1 e 3) dos trabalhadores das Administrações Públicas aumentou em termos nominais em 5,1%, (na Administração Central 4,7%), após a dedução dos descontos (CGA/SS, ADSE/ADM/SAD e IRS) obtém-se a Remuneração Base Média Líquida (RBML; colunas 3 e 4) o aumento médio total nesta já foi de 3,1%. Depois à Remuneração Base Média Líquida de ab.2023 (coluna 5) deduziu-se a inflação anual (não a homóloga que é tecnicamente errado) verificada em abril de 2023 que, segundo o INE, era 8,6% e obtiveram-se as Remunerações Líquidas de ab.2023 a preços de ab.2022 (coluna 6). Com os valores obtidos e comparando-os com as Remunerações Líquidas de ab.2022 (coluna 2) obtém-se a variação do poder de compra das remunerações líquidas entre ab.2022 e ab.2023. que consta da coluna 8 (a última à direita). E conclui-se que, entre ab.2022 e ab.2023, o poder de compra dos trabalhadores das Administrações Públicas diminuiu -5,1% (em jul.2023, a inflação anual era 7,26% segundo o INE, a perda nesta altura deverá ser um pouco menor) mas

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

existem carreiras onde a perda de poder de compra foi maior (*dirigentes intermédios da Administração Pública, informático, professores, médicos, técnicos superiores de saúde, magistrados, FA, etc.*). É mais uma perda generalizada de poder de compra, a juntar à dos anos anteriores, que certamente acontecerá em 2023 e que revela uma grande irresponsabilidade e insensibilidade política pois está a causar a degradação profunda de serviços públicos essenciais para a população e para o desenvolvimento do país como a saúde, o ensino, a justiça, etc.

OS CONTRATOS A PRAZO, OU SEJA, A PRECARIIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PRINCIPALMENTE NA CENTRAL AUMENTOU MUITO COM OS GOVERNOS DO PS/COSTA E NAMEDAMENTE EM 2023. ONDE ESTÁ A “AGENDA DE TRABALHO DIGNO” DO GOVERNO, POIS NÃO SERÁ CERTAMENTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O gráfico 1, com dados da DGAEP, revela que a precariedade está a aumentar muito na Administração Pública



Entre 2012 e 2015, com Passos Coelho/Portas/"troika", verificou-se uma redução de 14,5% nos trabalhadores com contrato a prazo (*passaram de 83594 para 71487*), que resultou da política de redução brutal dos trabalhadores que causou uma profunda degradação de toda a Administração Pública (*os contratados a prazo foram os primeiros a serem despedidos*). Os governos PS/Costa, no lugar da contratação por tempo indeterminado, optaram por fazer crescer o trabalho precário na Administração Pública atingindo o seu máximo em jul.2023. E isto apesar de com Alexandra Leitão, quando era ministra da Administração Pública, cerca de 20000 com contratos precários terem passado a contratos permanentes. Com a sua saída e com o atual governo PS/Costa tudo voltou à mesma e o problema da precariedade agravou-se novamente. **Em 2022, 12,5% dos trabalhadores tinham contratos a prazo.**

Uma análise por tipo de Administração Pública revela que cabe ao governo grande responsabilidade (quadro 2)

**Quadro 2 – A variação dos trabalhadores com contratos a prazo nas diferentes Administração Públicas – 2012/2023**

Dia/Mês/ANO	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (Central, Regionais, Local)	Administração Central	RA Açores	RA Madeira	Administração Local
31.dez.2012	83 594	74 451	1 570	1 781	5 737
31.dez.2015	71 487	66 300	1 753	605	2 796
31.dez.2018	71 713	64 901	2 261	797	3 740
31.dez.2019	74 324	66 715	2 363	860	4 375
31.dez.2020	89 726	81 776	2 468	792	4 670
31.dez.2021	90 846	82 986	2 420	1 093	4 328
31.dez.2022	89 722	81 701	2 469	1 205	4 064
30.jun.2023	93 442	85 013	2 570	1 235	4 336
dez.2012-jun.2023	11,8%	14,2%	63,7%	-30,7%	-24,4%

FONTE: DGAEP-DIOEP-SIEP- 2º Trimestre de 2023

Em 30 junho de 2023, do total de trabalhadores com contratos a prazo em todas as Administrações Públicas, 91% estavam na Administração Central, 2,8% na R. A. dos Açores, 1,3% na R. A. da Madeira e 4,6% na

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

Administração Local. Em 2022, do total de trabalhadores de cada uma das Administrações Públicas, na Administração Central 15,2% eram contratados a prazo (no setor privado, os trabalhadores com contratos a prazo representam 15,6% dos trabalhadores por conta de outrem), na R. A. Madeira 12,2% tinham contratos a prazo, na R.A. da Madeira 5,9% e na Administração Local 3,2% tinham contratos a prazo. Portanto, **o principal responsável por contratos a prazo na Administração Pública é o próprio governo pois só a ele cabe a responsabilidade pela Administração Central**, e ainda tem a “lata” de falar de “Agenda de Trabalho digno” Seria melhor falar de indigno.

**A DEGRADAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSEQUENCIA DO SEU SUBFINANCIAMENTO E DESORGANIZAÇÃO, ESTÁ A DETERMINAR QUE UMA PARTE CADA VEZ MAIOR DA DESPESA DE SAÚDE TENHA DE SER PAGA DIRETAMENTE PELAS FAMILIAS, PARA ALÉM DOS IMPOSTOS QUE TÊM DE PAGAR QUE FINANCIAM O SNS E OS SRS**

O quadro 2, com dados divulgados pelo INE, mostra, por um lado, o aumento das despesas com saúde em Portugal e, por outro lado, a forma como são financiadas.

**Quadro 2 – A despesa do SNS e Serviços Regionais de Saúde (Açores e Madeira) financiada por impostos e a despesa paga diretamente pelas famílias a prestadores privados – 2011/2022 - INE -**

ANO	PIB Milhões € (1)	SNS+SRS Milhões € (2)	seguros saude Milhões € (3)	Familias- pago diretamente Milhões € (4)	subsistemas publicos financiados pelos beneficiários Milhões € (5)	TOTAL PAGO PELAS FAMILIAS DO SEU BOLSO Milhões € (6)=(3)+(4)+(5)	%(SNS+SRS) /PIB (7)=(2)/(1)	% Pago Familias do seu bolso/PIB (8)=(6)/(1)	TOTAL DESPESA SAÚDE Milhões € (9)=(2)+(6)	% Pago pelas familias do seu bolso doTOTAL DE DESPESAS DE SAUDE (10)=(6)/(9)
2011	176 096	9 647	542	4 567	549	5 659	5,5%	3,2%	15 306	37,0%
2012	168 296	8 947	538	4 806	546	5 890	5,3%	3,5%	14 838	39,7%
2013	170 492	8 968	541	4 617	514	5 672	5,3%	3,3%	14 640	38,7%
2014	173 054	8 993	568	4 743	500	5 810	5,2%	3,4%	14 803	39,3%
2015	179 713	9 131	599	4 945	512	6 056	5,1%	3,4%	15 187	39,9%
2016	186 490	9 522	631	5 156	602	6 389	5,1%	3,4%	15 911	40,2%
2017	195 947	9 849	718	5 414	619	6 751	5,0%	3,4%	16 600	40,7%
2018	205 184	10 405	771	5 778	617	7 166	5,1%	3,5%	17 572	40,8%
2019	214 375	10 927	778	6 242	620	7 640	5,1%	3,6%	18 567	41,1%
2020	200 519	11 879	755	5 926	534	7 215	5,9%	3,6%	19 094	37,8%
2021	214 741	13 225	882	6 933	618	8 432	6,2%	3,9%	21 658	38,9%
2022	239 241	14 242	986	7 269	641	8 896	6,0%	3,7%	23 138	38,4%
2011/22	35,9%	47,6%	81,9%	59,2%	16,7%	57,2%	8,7%	15,7%	51,2%	4,0%

FONTE: Conta Satélite saude- 2023 - INE

O aumento das despesas de saúde suportadas diretamente pelas famílias tem sido superior às despesas do SNS e dos Serviços Regionais de Saúde da Madeira e Açores financiados pelos impostos pagos pelos portugueses, o que prova que o financiamento do SNS e dos SRS não tem sido suficiente para garantir os serviços que os portugueses necessitam, obrigando-os a pagar cada vez mais a prestadores privados. Esta conclusão baseada em dados divulgados pelo INE, contraia mais uma vez as afirmações de Costa e Pizarro de que o financiamento do SNS tem sido suficiente para garantir os serviços que os portugueses precisam.

Entre 2011 e 2022, segundo o INE, as despesas do SNS e dos SRS financiados com impostos aumentaram em 47,6%, enquanto as pagas pelas famílias a prestadores privados cresceram 57,2%. Em 2022, 38,4% (este valor está subestimada pois os trabalhadores e aposentados descontaram para a ADSE 703 milhões € em 2022, e o valor de 2022 que consta no quadro em relação a subsistemas públicos é apenas 641 milhões €, e há mais subsistemas além da ADSE que os beneficiários pagam uma parte) das despesas de saúde em Portugal foram pagas pelas famílias do seu bolso a prestadores privados, uma das mais elevadas percentagens em toda a União Europeia, devido ao subfinanciamento do SNS, o que obriga as famílias a recorrer cada vez mais a privados. E isto apesar dos portugueses suportarem uma enorme carga fiscal que é mais do que suficiente para financiar um SNS e SRS que garantissem a toda a população serviços de saúde, em quantidade e qualidade, o que não acontece. Este desinteresse crescente do governo de Costa/Pizarro pela saúde dos portugueses é evidente também na diminuição da riqueza criada no país destinada à saúde. Entre 2021 e 2022, diminuiu de 6,2% do PIB para 6% do PIB. Em 2023, a despesa total prevista no Orçamento SNS de 2023 representa apenas 5,75% do PIB previsto pelo INE, e mesmo a maior parte da despesa prevista a nível de investimentos em 2023 no SNS (753,4 milhões €) não serão realizados (em junho de 2023, só tinham sido executados financeiramente 101,8 milhões €, ou seja, apenas 13,5% do previsto para 2023). E tudo isto para conseguir reduzir a dívida para além do que o atual governo de Costa se comprometeu com a Comissão Europeia como afirmou o Secretário de Estado das Finanças em recente entrevista aos órgãos de comunicação social, tal como aconteceu também com Passos Coelho/Portas que queriam ir para além da própria “troika” na redução das condições de vida dos portugueses. Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt), 18/8/2023